

AS PAISAGENS RURAIS: DO 'DETERMINISMO NATURAL' AO 'DETERMINISMO POLÍTICO'? ¹

CARMINDA CAVACO ²

Resumo – As paisagens são um tema recorrente na bibliografia geográfica, analisadas segundo perspectivas variadas, e as paisagens rurais um capítulo habitual nos manuais de geografia rural. As paisagens rurais são uma construção ecológica mas também histórica e cultural, uma herança do passado e o produto de novas dinâmicas. Apresentam uma grande diversidade, traduzida todavia em grandes tipos à escala mundial. Nessa diversidade jogam os objectivos de produção, regimes de propriedade da terra, sistemas sucessórios, estruturas produtivas, lógicas e estratégias de produção, graus e condições de inserção nos mercados. Neste artigo foi dado particular relevo às políticas agrícolas e agrocomerciais como modeladoras de novas paisagens: políticas nacionais, políticas internacionais e políticas globais. Também se consideraram as políticas rurais, no quadro dos países da OCDE e em especial da União Europeia. Por último, analisam-se as consequências previsíveis do alargamento da UE aos PECO nas dinâmicas de evolução e na génese de novas paisagens agrárias e rurais, particularmente em Portugal.

Palavras-chave: Paisagens rurais, aspectos morfológicos, funcionais e de relacionamento espacial, heranças e dinâmicas, políticas agrícolas, agrocomerciais e rurais como construtoras de novas paisagens.

Abstract – RURAL LANDSCAPES: FROM 'NATURAL DETERMINISM' TO 'POLITICAL DETERMINISM'? Landscape is a recurring subject in the geographical literature and one which has been subject to analysis from a variety of different perspectives. Rural landscapes, in particular, usually account for a full chapter in most rural geography textbooks. Rural landscape is an ecological construction as well as an historical and cultural one, a heritage of the past as well as the result of new dynamics. While exhibiting great diversity, rural landscapes can nevertheless be divided into a number of main types. Many factors contribute to this diversity, from production objectives to land tenure regimes, inheritance regimes, productive structures, logics and strategies and the degree and characteristics of market participation. The focus of this paper is on agricultural and agritrade policies as engines of landscape trans-

¹ Estudo realizado no âmbito do projecto **Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico**, PRAXIS XXI, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

² Investigadora do Centro de Estudos Geográficos e Professora Catedrática da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa.

formation at the national, international and global levels. Rural policies are also considered in the case of some OECD countries and the European Union in particular. Finally, the foreseeable consequences of the Eastern enlargement of the EU upon the dynamics of creation and transformation of agrarian and rural landscapes is analysed, with special emphasis on the Portuguese case.

Keywords: Rural landscapes, morphological features, functional features, spatial relations, heritage and dynamics, agricultural, agritrade and rural policies as engines of landscape transformation.

Résumé – LES PAYSAGES RURAUX: DU ‘DÉTERMINISME NATUREL’ AU ‘DÉTERMINISME POLITIQUE’? Les paysages sont un thème récurrent de la bibliographie géographique et les paysages ruraux un chapitre habituel des manuels de Géographie rurale. Les paysages ruraux sont des constructions écologiques mais aussi historiques et culturelles, héritages du passé et résultats de dynamiques nouvelles. Leur grande diversité peut cependant être regroupée en quelques grands types mondiaux. Cette diversité résulte des objectifs de production, des types de propriété foncière, des systèmes successoraux, des structures et stratégies de production, du degré et du mode d’insertion commerciale. On s’intéresse surtout ici au rôle des politiques agricoles et commerciales, au plan national, international ou mondial, dans la production de nouveaux paysages ruraux. Sont considérés les cas de certains pays de l’OCDE et de l’UE et, en particulier, les conséquences prévisibles que l’élargissement de l’UE aux pays de l’Est européen aura sur les dynamiques d’évolution et de genèse de nouveaux paysages agraires, principalement au Portugal.

Mots-clés: Paysages ruraux, aspects morphologiques, fonctionnels et relationnels, héritages et dynamiques, politiques agricoles, commerciales et rurales comme sources de nouveaux paysages.

I. INTRODUÇÃO

As paisagens rurais portuguesas são um tema recorrente nos escritos de Carlos Alberto Medeiros, como por exemplo em «Génese das paisagens tradicionais» (1991). Justamente por isso, elegemos as paisagens rurais para esta reflexão abrangente que exprime a nossa colaboração na homenagem que lhe é prestada com a dedicação de um volume especial da Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, que durante largos anos dirigiu com muita competência e grande dedicação e sentido de responsabilidade.

O conceito de paisagem envolve pelo menos três significados: o dos artistas, a paisagem como território observável e digno de ser pintado, reproduzido, num quadro; o dos geógrafos – a geografia como o estudo das paisagens terrestres; o dos planeadores, em que a paisagem tende a ser considerada como um bem cultural difuso, um recurso, um património herdado do passado, a transmitir às gerações futuras, e que combina valores estéticos dos artistas, valores morfológicos dos geógrafos e valores ecológicos e culturais, como nos lembra MARIA CHIARA ZERBI (1999: 270-271). A paisagem «representa um conjunto composto

que assume forma e especificidade através das interacções que se estabelecem no tempo e no espaço entre elementos naturais e actividade humana; interacções que dão lugar a uma multitude de configurações que só focando a atenção em determinadas grandes categorias de fenómenos (naturais e antrópicos) é possível tentar classificar e descrever (...), em termos formais e em termos funcionais (...). A paisagem exprime uma modalidade de organização do território que fundamenta a sua própria essência, por um lado, no relevo assumido pela morfologia (estrutura e forma do terreno), e por outro lado, na ocupação e no relacionamento (densidade humana, estrutura e formas económicas)». Ou, a paisagem «é uma entidade complexa e mutável, no espaço e no tempo, e justamente por isso, inevitavelmente dinâmica» (TULLIO D'APONTE, 1999: 260-263).

Na perspectiva de BELLI (1998), a paisagem é um produto de síntese, de interacção, entre três sistemas: a estrutura física, o mundo orgânico e a estrutura sócio-cultural. Duas interpretações são então possíveis: uma de base físico-perceptiva, a paisagem como um complexo dinâmico de ecossistemas em contínua mutação; outra interpretação, de maior complexidade, assenta numa matriz cultural, uma matriz de valores, em que se combinam os três sistemas, em que a paisagem é vista como cenário ou palco cénico da vida real, o homem sendo ao mesmo tempo espectador e actor. Maria Chiara Zerbi evoca, por seu lado, não só a dimensão visível, objectiva, da paisagem, a paisagem-realidade, mas também as dimensões tácteis, olfactivas, auditivas, a dimensão subjectiva, a percepção, a imagem mental dos observadores das paisagens. Ler (sentir) a paisagem é, como lembra Adyr Rodrigues, muito mais complexo do que ver a paisagem. Envolve uma visão do mundo consciente e inconsciente, sempre subjectiva e permeada pelo simbólico.

II. PAISAGENS RURAIS, UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL

Comecemos por evocar as palavras de C. A. MEDEIROS: «A ocupação humana do território português traduziu-se pela implantação dum mosaico de paisagens com características próprias, mais ou menos sensíveis; compreendem essencialmente elementos ligados às actividades rurais e ocupam áreas variáveis (...). Ainda que, por vezes, com extensão recente da superfície cultivada, ou retoques tardios no seu arranjo, apresentavam-se então, claramente, como unidades estáveis (...). Na actualidade, verificam-se transformações relevantes (...). Contudo, as paisagens tradicionais (...) continuam a constituir um pano de fundo relevante quando se considera a geografia humana de Portugal (...). Dois factores fundamentais condicionaram a génese das paisagens tradicionais portuguesas e as características que acabaram por assumir: os aspectos físicos ou naturais e as incidências da evolução histórica» (1991: 109).

Evoquemos igualmente B. Kayser, quando afirma: «a originalidade do mundo rural assenta tanto no modo de utilização do espaço como na vida social e cultural. O espaço rural é caracterizado por uma densidade relativamente

fraca da população e do povoamento, que faz aparecer a predominância de paisagens de cobertura vegetal, implicando uma valorização de dominante agro-silvo-pastoril» (C.R.E.V.R., 1995: 466). Dominante que pressupõe também outros usos e relações complexas com os meios urbanos, traduzidas em trocas e fluxos vários, a muitas escalas, mesmo globais – mercadorias, capitais, conhecimentos científicos, informação e migrações de populações. Dominante agro-silvo-pastoril enriquecida e diversificada ao longo da História, nomeadamente com a difusão das espécies domesticadas (como a do arroz asiático e as do milho e batata americanas), e a das técnicas de cultivo, criadoras de novas paisagens.

Nesta última perspectiva, recordemos ainda GAETANO FERRO (1986: 74-75): «Sem dúvida que um escritor da Antiguidade Clássica (...) que vivesse de novo hoje, reconheceria nalgumas práticas agrícolas e nos usos comunitários que ainda sobrevivem em certas áreas do Mediterrâneo (...) os mesmos modos de utilização do solo da sua época; mas também é verdade que, além de ficar desorientado perante as muitas formas de agricultura moderna, não saberia sequer distinguir metade das plantas cultivadas, introduzidas na Baixa Idade Média ou depois das grandes descobertas geográficas», relevando a dimensão temporal e evolutiva das paisagens.

A agricultura é, sem dúvida e cada vez mais, apenas uma das actividades do mundo rural e as próprias famílias agrícolas dependem cada vez menos dos rendimentos da agricultura. Este aspecto foi claramente identificado por C. A. MEDEIROS, que referindo-se ao Noroeste, escreve: «Na paisagem tradicional insinuou-se também a indústria, através de pequenas unidades, que começaram a assumir relevância no século passado. Sem falar nas maiores concentrações ou em fábricas modernas, por vezes desordenadamente multiplicadas, e que obedecem a outros padrões de organização do espaço, o processo inicial de penetração das indústrias nesta região fez-se sem que se subvertessem muito acentuadamente os elementos da paisagem rural» (1991: 112). A agricultura continua, no entanto, a ser, na generalidade dos territórios rurais, e nomeadamente em Portugal, a actividade que marca mais profundamente a sua expressão visível, como na generalidade dos campos-prados e do *bocage* do Noroeste, atrás evocados, e mais detalhadamente nas masseiras do seu litoral arenoso, ou nos socalcos vinhateiros do vale do Douro, ou ainda nos campos abertos e afolhados, com pousios anuais ou pousios longos, limpos ou arborizados, respectivamente do Norte interior e do Sul.

Numa escala mais global, são de considerar muitos outros tipos de paisagens, como os campos cerealíferos do Novo Mundo, de largos horizontes e acentuada monotonia, as paisagens das plantações tropicais, marcadas pela monocultura intensiva de espécies orientadas para a exportação distante, embora com estruturas variadas, em relação com a dimensão das explorações, e num outro extremo, as paisagens das policulturas tradicionais de autoconsumo familiar nas regiões marginais e de montanha do mundo desenvolvido e sobretudo em África, Ásia ou América Latina. Em todas estas paisagens a agri-

cultura domina. Trata-se aliás de uma actividade quase sempre extensiva nos usos do solo, ao contrário das outras actividades que se lhe avizinham e justapõem nos meios rurais, e que têm registado evoluções e mutações importantes e cada vez mais rápidas, associadas, por um lado, à competitividade das condições e das áreas de produção e, por outro, à própria concorrência de diferentes usos dos espaços rurais. Nesta concorrência de usos intervêm hoje actividades e funções com muito mais valia económica do que a agrícola e cuja presença se traduz em novos ordenamentos do espaço e em novas paisagens.

Em determinados contextos, a agricultura é protegida e preservada não em função do valor económico da produção mas por motivos de natureza cultural ou simplesmente pelas amenidades que assegura, desde logo as paisagens, com seus significados estéticos, culturais e ambientais, atrás referidos. A extensão da orizicultura em Hokkaido, num meio marginal, não obedece a qualquer lógica ecológica ou económica mas a razões culturais japonesas, centradas no arroz, que se traduzem na forte subsidiação da produção. São também razões culturais e geopolíticas, de ocupação do território, a 'terra prometida', e não económicas, que explicam o cultivo para exportação para a Europa de primores hortícolas e frutícolas no deserto do Neguev, junto do Mar Morto, com custos da água e dos sistemas de rega gota a gota altamente subsidiados, como lembra LEFORT (1997).

A agricultura tem, pois, um papel fundamental na génese de muitas paisagens rurais. Nos elementos destas paisagens releva-se a **morfologia**, que se refere à dimensão das explorações e à dimensão, forma e organização das parcelas de cultivo, que podem ser abertas ou fechadas de diversos modos, sempre em relação com o meio biofísico, as condições fundiárias e sociais, as culturas e as técnicas, ou seja, a estrutura agrária, respeitante às condições fundiárias, e a estrutura agrícola, respeitante à organização espacial das culturas e das pecuárias, intensivas e/ou extensivas. A terra, o capital imobiliário, é aliás pouco móvel, as ofertas fundiárias são tradicionalmente limitadas e as estruturas agrárias relativamente estáveis a curto e médio prazo: património familiar a conservar, como segurança de recursos de sobrevivência ou em termos de prestígio; investimento das burguesias urbanas contra a erosão e especulação financeira ou mesmo com pretensões nobiliárquicas. Mais recentemente, no quadro da União Europeia, nomeadamente em Portugal, as pressões de origem agrícola nos mercados fundiários derivam em larga medida da política comunitária de subsídios associados à superfície e às produtividades históricas de certas culturas, à política de ajuda aos rendimentos dos agricultores e à de direitos de plantação e de produção, no caso das quotas: os direitos de plantação de novos olivais no Alentejo têm atraído muitos agricultores espanhóis da Estremadura e da Andaluzia, do mesmo modo que as quotas de leite e a possibilidade de menores densidades de efectivos bovinos e menor controlo das respectivas poluições atraíram muitos agricultores holandeses.

Nos elementos das paisagens releva-se de igual modo o **povoamento**: dos assentos de lavoura isolados aos sítios; das localizações, dimensões e formas

das aldeias aos materiais de construção das casas de habitação e dos anexos das lavouras, às redes de caminhos de serventia dos campos, matos e baldios e de estradas assegurando acessibilidades externas. As densidades humanas podem ser muito elevadas, como na Holanda, onde a terra é um bem escasso mas onde o povoamento rural não é necessariamente agrícola, e sobretudo no Japão, e mais ainda nos países menos desenvolvidos do sudeste da Ásia, onde o pequeno campesinato permanece largamente associado aos cultivos e deles dependendo para a sua sobrevivência, mesmo sem posse plena da terra. Mas também podem ser rarefeitas, como em África e na América latina, onde as formas de distribuição e posse da terra agrícola ou de direitos de uso são bastante desiguais e sobrevivem sistemas de organização da economia agrícola de dependência fundiária (BARROS, 1982).

Os contrastes de densidades rurais e agrícolas são igualmente comuns entre países desenvolvidos e no interior de cada país, mesmo nos do Novo Mundo. Entre os factores explicativos relevam-se: herança de sistemas de organização da produção agrícola camponeses ou capitalistas; mercados da terra pouco dinâmicos; preços desajustados perante o seu peso decrescente nos processos produtivos, em paralelo com a evolução em sentido inverso do capital de exploração, fixo e principalmente circulante; legislação condicionante de acumulações fundiárias ou simplesmente de compra de terra; sistemas de partilha das heranças familiares e sistemas de instalação de agricultores jovens e com formação profissional ajustada. Sublinhe-se que a qualificação dos recursos humanos é condição de base para o êxito na agricultura moderna e orientada para mercados concorrenciais, mesmo perante a tendência para a externalização de muitas tarefas que antes eram assumidas pelas famílias cultivadoras.

Associadas às estruturas agrárias diferenciadas encontramos assim densidades agrícolas e rurais também contrastantes. As mesmas densidades traduzem-se em dificuldades diferentes, nas sociedades tradicionais ou nas modernas: por um lado, fortes densidades rurais associando problemas da fragmentação sempre crescente das explorações agrícolas, como no delta do Ganges, claramente insuficientes para assegurar a vida de uma família e possibilitar o uso adequado de formas de trabalho mecânico, apesar da disponibilidade pela indústria de instrumentos adaptados às pequenas dimensões fundiárias e empresariais e do possível uso em comum dos mesmos, por via associativa e mesmo cooperativa (CUMA, cooperativas de utilização de material agrícola); situação oposta nas áreas das estepes exploradas pelo nomadismo pastoril, de grande pobreza de recursos naturais e de população escassa; densidades também muito baixas no mundo rural desenvolvido onde predomina a grande exploração moderna, altamente mecanizada e pouco intensiva no uso do solo, como no interior da Austrália ou na Nova Zelândia, onde entre os problemas mais sentidos pelos agricultores figuram o isolamento, o acesso e o custo dos serviços privados.

Concordamos com LEBEAU (1991) ao afirmar que as paisagens rurais resultam do encontro entre o meio natural, a densidade agrícola, o tipo de sociedade,

o povoamento, a morfologia agrária, o sistema de cultura e de criação de gado e as técnicas de cultivo. São paisagens sempre muito variadas, pela diversidade da agricultura, regional e no quadro das próprias explorações, mas também em relação com a diversidade de actividades, de populações e de funções do espaço e suas dinâmicas. As perspectivas de interpretação da diversidade agrícola reflectem a importância atribuída aos diferentes factores intervenientes (ILBERY, retomado por MÉRENNE-SCHOUMAKER, 1999: 12): determinismo ambiental; determinismo económico; determinismo sociopessoal ou comportamental; perspectiva radical ou estrutural e perspectiva ecossistémica.

Estas diferentes perspectivas valorizam, respectivamente: o meio biofísico; os custos de produção – terra, trabalho e capital – ou seja, os factores e estruturas de produção, os custos de transporte e a localização dos mercados; os processos de decisão dos agricultores em função de objectivos, motivações, valores, atitudes, em particular quanto a riscos; relações dialécticas entre os actores e contradições entre tecnologia e progresso agrícola; e por fim, assimilação da agricultura a um sistema complexo em relação com o seu ambiente. Esta última relação torna-se cada vez mais complexa, pela crescente artificialização do meio natural, maior independência directa do clima e do solo, muito embora a agricultura azonal tenha custos acrescidos, de implementação dos necessários equipamentos, como sistemas de rega e estufas, e funcionamento difícil de justificar num contexto de mercado alargado, mesmo global, favorecido pelas facilidades e redução drástica dos custos de transporte a grandes distâncias, mesmo entre antípodas, e em que tendem a ganhar competitividade as produções com menores custos de produção, que no geral se observam nas áreas com melhor aptidão natural para tal.

Os espaços agrícolas são criações humanas, mas criações no geral frágeis. As suas especificidades andam associadas a dependências de processos biológicos e físicos, que se traduzem numa ligação estreita com as condições ambientais dos territórios onde se desenvolve a agricultura (relevo, qualidade dos solos, clima); a dependências fundiárias, até pelo uso extensivo do factor terra; e a complementaridades de diferentes ramos, traduzidas na policultura, em consociações e rotações de cultivos ou simplesmente nas monoculturas alternando com pousios ou recorrendo largamente a *inputs* químicos. As paisagens agrícolas e rurais são construídas com destruição dos ecossistemas naturais e com construção de uma natureza domesticada, humanizada: desarborização, arroteias e queimadas com vista a cultivos e pastos, erosão dos solos, desaparecimento de espécies vegetais e animais, avanço dos processos de desertificação, como na África das estepes e savanas, nomeadamente sob crescentes pressões demográficas, até pelo quase inevitável aumento dos consumos de material combustível para preparação dos alimentos, e cargas pecuárias excessivas. Nas palavras de KLATZMANN (cit. LOURENÇO, 1981: 78), «a grande característica da agricultura é que ela ocupa muito espaço: acima de uma certa dimensão da empresa, portanto de superfície a cultivar, os problemas de deslocação, transportes, dificuldades de controlo tornam-se muito sérios». Os espaços agrícolas

são também espaços em evolução, mesmo se lenta: registam-se mutações e crises, as primeiras sendo profundas, estruturais e sustentáveis e as crises sendo anormais e limitadas no tempo (LEFORT, 1997).

III. DAS PAISAGENS NATURAIS ÀS PAISAGENS RURAIS

A agricultura permanece como a actividade fundamental das sociedades humanas, a nível global. Consiste, nomeadamente, no cultivo dos campos, no trabalho da terra com vista à produção de bens alimentares ou respondendo a outras necessidades humanas, como fibras têxteis, plantas ornamentais, produções energéticas e lenhosas, mas consiste igualmente na criação de animais que asseguram alimentos, couros e peles e garantem energia de tracção e transporte. A importância actual da agricultura traduz-se em termos de produção, de superfície ocupada, de mudanças e de desafios: a nível mundial, ocupa cerca de 11% da superfície dos continentes (ou 25% se incluirmos prados e pastagens permanentes embora não as florestas, que cobrem uma superfície equivalente, aproximadamente 26%), emprega cerca de 46% da população activa mundial, assegura 5% do PIB mundial e 10% do valor do comércio mundial.

A agricultura registou uma longa evolução no tempo, desde o nomadismo pastoril, a protocultura e a agricultura itinerante sobre queimada e com pousio florestal à agricultura científica e técnica, desenvolvida com a mais recente Revolução Agrícola, que tem tido lugar nos últimos dois séculos (BOSERUP, 1970). A história da agricultura tem sido marcada pela introdução de inovações tecnológicas, mecânicas, químicas e biológicas, traduzida em *inputs*, infra-estruturas e equipamentos diversos e que opõem agricultura tradicional e agricultura moderna. Traduzida também pelo desenvolvimento alargado das trocas, sobretudo desde os finais do século XIX: os mercados de bens alimentares essenciais perdem então o seu carácter local e regional e ganham dimensão nacional, internacional e mundial, com as inerentes especializações de produção e dos fluxos, pelas suas vantagens comparativas naturais, estruturais, de localização e adquiridas, que se traduzem nos custos unitários de produção e venda, em detrimento de outras regiões e de outras estruturas e sistemas de produção. Os grandes motores das mudanças recentes da agricultura e das suas paisagens são, pois, as transformações tecnológicas e o desenvolvimento das trocas.

Não obstante os grandes desenvolvimentos agronómicos, os factores naturais não foram efectivamente secundarizados, nem mesmo nas agriculturas quase industriais. A insolação, o calor e a água pesam na própria produção em estufas. Há valores mínimos limitantes: de frio de Inverno nas regiões temperadas e de seca da estação seca nas regiões tropicais. Há valores críticos nos momentos de germinação, floração e maturação. E sobretudo, há óptimos ecológicos para cada espécie, traduzidos em maior rendimento quantitativo e menor variação do mesmo. As influências são claras quando se confrontam encostas umbrías e soalheiras, em quadros de microclimas. Também os solos

continuam a pesar no desenvolvimento da agricultura moderna: a espessura, a textura, a estrutura, e as correspondentes fragilidade e estabilidade, a fertilidade natural, com as diferentes composições de nutrientes, o relevo, os declives e a erosão dos horizontes superiores associada à escorrência são sempre aspectos a considerar. Em relação com as condições naturais, e em particular com o possível período vegetativo, escolhem-se espécies e variedades, definem-se calendários para os trabalhos de cultivo e para as migrações dos gados quando criados em regime pastoril e transumante, originando paisagens novas. A total artificialização do meio é exceção, como nos cultivos hidropónicos. São bem mais comuns as estratégias de adaptação ao meio, como a rega de abundância dos prados de lima e a rega de carência das *huertas* mediterrâneas, com recurso a noras tradicionais, a levadas canalizando águas das montanhas próximas e mais recentemente águas desviadas de regiões distantes, em combinação com sistemas de gestão cada vez mais sofisticados e eficazes: nas áreas planas, sistemas de aspersão e em quase todas, sistemas gota a gota. «Apesar dos avanços tecnológicos, o controle do meio natural está longe de ser total e as intervenções saldaram-se sempre por custos. Em virtude de uma concorrência interregional crescente, pode-se mesmo dizer que as vantagens naturais aparecem cada vez mais como importantes vantagens comparativas» (MÉRENNE-SCHOUMAKER, 1999: 179).

As práticas agrícolas podem deteriorar algumas condições ambientais, nomeadamente as características dos solos, sobretudo nos desfavoráveis ou frágeis. Os encabeçamentos excessivos e o pisoteio intenso e contínuo destroem os pastos e compactam o solo, tal como o faz o uso sistemático de máquinas muito pesadas. O recurso a sistemas de rega que envolvam a construção de grandes barragens altera as condições de humidade do ar nas áreas envolventes, criando microclimas mais húmidos que podem interferir na qualidade das produções locais (Alqueva). Os arrozais alagados foram responsabilizados pelas poluições de zonas húmidas situadas a jusante.

Assim, ao impacto do ambiente na agricultura há que juntar o impacto da agricultura sobre o ambiente, a todas as escalas: erosão dos solos, esgotamento e poluição de toalhas freáticas, salinização dos solos e das águas, destruição de habitats naturais, redução da biodiversidade, desflorestação, desertificação do meio, destruição de paisagens agrícolas herdadas do passado e destruição dos habitats naturais, levantando problemas de salvaguarda dos recursos naturais. Por último, refira-se a manipulação genética, criando não apenas variedades resistentes a condições naturais menos favoráveis e a certas pragas mas também novas espécies (OGM): estamos perante um campo de grandes potencialidades e não menos de riscos, a gerir com a devida prudência, mas as OGM ocupam desde já cerca de um quarto das áreas mundiais de cultivo de milho, soja e colza, sobretudo na Argentina, nos EUA e no Canadá; no futuro, muito provavelmente, a sua difusão, como aliás a da clonagem, ajudará a compreender a génese e a dinâmica de novas paisagens agrárias e rurais, difíceis de prospectivar.

IV. DIVERSIDADES DAS PAISAGENS RURAIS

Na agricultura combinam-se produções, em termos qualitativos e quantitativos, com factores de produção, humanos e materiais, no seio das unidades produtivas. Como precisa HENRIQUE DE BARROS (1982: 9), «trata-se de proceder a três espécies de combinações (...), dentro de limites físicos e económicos impostos pela natureza e a dimensão da empresa, subordinada esta por sua vez às condições ambientais: combinações dos factores entre si, das produções entre si e dos factores com as produções». A actividade desenvolve-se na intersecção de ambientes biofísicos, económicos, sociais e culturais e também políticos, no cruzamento dos subsistemas estruturais, ecogeográficos e económicos, respectivamente: sistemas agrários, que envolvem a combinação e o funcionamento das componentes da estrutura agrária nas suas interrelações e evoluções; agrossistemas, abrangendo as componentes naturais; e sistemas agrícolas, em relação com os contextos económicos.

A diversidade é assim um dos traços mais marcantes da agricultura e das suas paisagens, à escala mundial mas também à escala regional e até mesmo local: diversidade de meios naturais, de densidades de população, e não menos de nível de desenvolvimento económico, de condições sociais, culturais e mesmo religiosas enquadrantes, expressas em valores, ideologias, percepções, representações e comportamentos dos agricultores e nas suas escolhas. Estas explicam, por exemplo, a não produção de vinho e de suínos para consumo pelas populações árabes ou a não criação económica de bovinos na Índia. Diversidade também de factores socio-pessoais, que envolvem o peso do imaterial, individual e colectivo, e de contextos políticos de tomada de decisões, por exemplo de conciliação de objectivos económicos, sociais e ambientais com condições de acesso a crédito, juros e amortizações, nomeadamente o 'ecocondicionamento'. São pois muitos os factores de diversidade das práticas agrícolas, mesmo os das opções dos agricultores e suas famílias. A diversidade regional da agricultura prende-se também com a evolução histórica da mesma, traduzida em combinações cada vez mais complexas de factores de produção vários e em dinâmicas variadas. O próprio solo agrícola é em parte produto da intervenção humana e resultante das práticas culturais anteriores.

A agricultura é, indiscutivelmente, um mundo de diversidades, a todas as escalas espaciais: diversidade de ambientes naturais mobilizados, das intensidades de uso dos solos, rotações e pousios, de combinações de produções vegetais e animais, de técnicas, estruturas e sistemas de produção ou modos de produzir, dos mais elementares como a agricultura sob arroteias e queimadas e alternância com pousios longos permitindo recomposições florestais, aos mais sofisticados técnica e biologicamente, com grande artificialização dos meios. A diversidade dos climas das regiões de produção é por vezes valorizada por colheitas que se sucedem ou alternam ao longo do ano, desde que se tornou possível o seu transporte: rapidez, frigorificação, baixos custos, comunicação de informações a grandes distâncias. Cite-se como exemplo o movimento sazonal e

de sentidos inversos de frutas e legumes das regiões temperadas dos dois hemisférios, Norte e Sul, numa escala alargada da exploração mais clássica da precocidade dos primores ou da colheita tardia dentro das próprias regiões temperadas, mesmo à escala dum pequeno país como Portugal e de um mercado urbano de dimensão moderada como Lisboa.

Neste mundo de diversidades destacamos em seguida:

— *Diversidade de objectivos de produção.* Os sistemas de produção respondem a objectivos gerais que vão do autoconsumo ao abastecimento de mercados – locais, regionais e urbanos, mas também nacionais e internacionais, em condições de concorrência, com ou sem prévia transformação industrial e com ou sem intervenções de políticas agrícolas. As relações que se estabelecem entre a vida familiar e a empresa, além de variarem com os sistemas agrários e económicos englobantes, mudam com o tipo de família (família restrita, família extensa, comunidade plurifamiliar, constituída por um conjunto de famílias restritas (LOURENÇO, 1981: 95). Na diversidade de objectivos refiram-se: manutenção das explorações; segurança alimentar e sobrevivência das famílias, como na agricultura camponesa; busca de lucros a curto prazo, no caso da agricultura mineira ou das agriculturas especulativas que mobilizam as capacidades de risco; gosto, mesmo prazer, pelo trabalho do campo e o cuidar dos animais; prestígio social associado ao exercício da actividade, ao patrocínio respeitador dos direitos humanos dos trabalhadores dependentes, do bem-estar animal; prestígio associado ao auto abastecimento em alimentos tidos como de maior qualidade, com especificidades próprias e identidades geográficas locais (DOC e IG), quando as opções dos consumidores se tornam cada vez mais exigentes em termos materiais, de segurança alimentar, e não menos simbólicos, na medida em que se difundem e afirmam as ideologias associadas ao ecologismo.

Nestes casos estamos muitas vezes perante exteriorizações de consumos gastronómicos simbólicos, distintivos, identitários, de inspiração ecológica, tradicional e local, por parte de burguesias urbanas endinheiradas, algo snobes, considerando-se a si mesmas cultas e bem pensantes e com gosto requintado, que aliás alimentam muitas e novas confrarias e sustentam edições luxuosas de culinária e algum turismo gastronómico. No fundo, gastronomias da abundância, contra os consumos de massa, demasiado democráticos e igualitários? E não menos ideologias com pretensões de conservação do ambiente, de múltiplos pontos de vista, incluindo a conservação das paisagens herdadas, na continuação do peso crescente de certos mitos como a 'boa natureza', o 'bom camponês' ou mais simplesmente o mito do campo, espaço sobrevalorizado em relação à cidade, como nos lembra MÉRENNE-SCHOUMAKER (1999, p. 148).

— *Diversidade de regimes de propriedade.* Alguns autores defendem uma evolução linear, com passagem de uma fase de terra vaga, ainda sem sentido como factor de produção, e de propriedade inexistente, pela de apropriação em

comum primitiva e uso também em comum, a de apropriação privada nos cultivos mas direitos de compáscuo em *openfields* respeitando afolhamentos coercivos, passando previamente pela repartição periódica e às sortes de parcelas de cultivo enquadrada na utilização colectiva dos baldios, até à posse livre e alodial da terra, que assegura o uso agrícola individual sem restrições, no quadro do liberalismo económico, podendo todavia manterem-se como propriedade comum algumas áreas de bosques e pastos.

A afirmação da propriedade privada prende-se essencialmente com a benfeitorização da terra, no sentido de aumentar e diversificar a produção, mas prende-se igualmente com valores e estruturas sociais e políticas. «Propriedade individual, propriedade colectiva, são apenas duas formas, ou duas faces, de um mesmo fenómeno social. Enquanto a sociedade assenta na família, a propriedade é colectiva (...). Quando a sociedade abandona a consanguinidade para considerar a contiguidade local como vínculo de coesão, a propriedade torna-se mais ou menos individual (...). Desde que é rasgada pelo arado, adubada pelo gado, regada pelo suor do trabalhador, escravizada pela casa que se lhe enraizou no seio, a terra deixa de ser vaga: é propriedade (...). Enquanto a consanguinidade é exclusivamente o princípio da agremiação, a terra é do clan, ou tribo, e só se partilham os frutos (...). Quando, finalmente, a consanguinidade perde todo o seu valor social, e perante o Estado não há mais do que indivíduos, pessoas jurídicas, a terra individualiza-se também, tornando-se pessoal, livre e alodial» (J. P. Oliveira Martins, cit. LOURENÇO, 1981: 35).

Podem coexistir diferentes regimes de propriedade, no quadro da mesma comunidade local e da mesma empresa agrícola, ajustando-se a estrutura fundiária às exigências de viabilização dos sistemas de produção: concentração empresarial da terra agrícola por formas de exploração indirecta, nomeadamente parceria e arrendamento. A modernização dos sistemas de produção traduz-se todavia na desvalorização relativa dos meios de produção fundiários face ao capital fundiário-construções e sobretudo ao capital de exploração, facilitando o desenvolvimento de formas de propriedade cooperativa, muito menos o retorno a propriedade comunal e nacional.

— *Diversidade de regimes sucessórios* quanto à propriedade da terra, favorecendo ou não a sua fragmentação: partilha igualitária das heranças; sucessão indivisa, como nos morgadios; e sucessão mista, no caso das doações. As partilhas sucessivas conduzem, no caso de muitos herdeiros, como nas famílias camponesas mais tradicionais, ao subdimensionamento das explorações, dispersão por muitas pequenas parcelas, multiplicação de minifúndios quando há correspondência entre estrutura fundiária e de exploração; pelo contrário, a sucessão indivisa dos patrimónios familiares e de exploração, traduz-se em malhas estruturais mais largas, propriedades que permanecem com maiores dimensões, menos parceladas e com parcelas menos dispersas.

Razões técnicas, económicas, sociais e políticas podem justificar intervenções dos governos no sentido de alterar as estruturas parcelares e fundiárias

herdadas: emparcelamento; promoção de formas associativas de produção, mesmo de explorações colectivas, em que se apaga a expressão visível e funcional da propriedade da terra; divisão da terra de latifúndios mediterrâneos e tropicais por reformas agrárias camponesas e por reformas liberais, como no Mezzogiorno italiano e na Estremadura espanhola, gerando explorações familiares pretensamente autónomas e viáveis e pequenas explorações a tempo parcial e sobretudo de autoconsumo para operários e jornaleiros agrícolas, como sucedia antes com os aforamentos promovidos pelos proprietários de grandes domínios no sentido de fixar uma força de trabalho dependente, abundante e sazonalmente necessária antes da difusão da mecanização; colonização agrícola de cariz familiar e camponês em terras estatais, como em Pegões; alteração das leis de sucessão e transmissão de heranças, etc.

— *Diversidade de estruturas produtivas.* As unidades de produção podem ter dimensões fundiárias muito desiguais. As dimensões das empresas agrícolas tendem, aliás, a ser avaliadas em valor económico (MBS; UDE). Também as estruturas parcelares diferem substancialmente, podendo haver ou não dispersão das terras exploradas em relação aos assentos de lavoura e diferenças de intensidade dos cultivos em função das distâncias a que as parcelas se situam daqueles. Os abandonos tendem a ser mais precoces nas parcelas mais distantes, sobretudo nas fases avançadas do ciclo de vida das famílias produtoras autónomas, quando partem as novas gerações, os progenitores envelhecem e faltam as forças físicas. É muitas vezes o autoconsumo de produtos hortícolas e frutícolas frescos que perpetua o cultivo por gerações envelhecidas e reformadas das parcelas mais próximas das residências e de algumas outras situadas em ambientes onde o regadio é possível, e com ele a produção contínua ao longo do ano. Assim sucede com alguma regularidade quando o comércio de distribuição não garante o correspondente abastecimento com a frequência, a diversidade, a qualidade e o preço desejados, no quadro do despovoamento de espaços rurais marginais e do baixo poder de compra dos que permanecem, idosos e reformados, ou em contextos de desvio da procura local pelo comércio das vilas e cidades, pela mobilidade individual dos residentes ou pela organização de transportes colectivos específicos, por parte das autarquias ou pelas próprias empresas do comércio retalhista urbano, as que exploram as grandes superfícies comerciais.

— *Diversidade de lógicas e estratégias de produção.* Os sistemas de produção combinam objectivos e produções com meios de produção (terra em extensão e condições de meio, construções, equipamentos, trabalho humano e outros *inputs*), no quadro de diferentes condições fundiárias e sobretudo empresariais. Integram diferentes objectivos, tradições, saberes e estratégias de muitos actores, dos agricultores aos fornecedores de factores de produção situados a montante, aos comerciantes e industriais situados a jusante das explorações e aos governantes políticos, que definem e regulam os quadros de actuação dos

produtores. As dinâmicas de crescimento associam a intensificação, a concentração, aumentos da produtividade do trabalho e do rendimento da superfície cultivada e de todos os factores de produção mobilizados, especialização da produção, e deste modo, a criação de novas estruturas produtivas. Estas estruturas tendem a ser dominadas pela intensificação capitalista, o capital substituindo a terra e o trabalho quando o capital se torna o factor mais abundante e menos caro, tendo sempre em conta as suas produtividades relativas e as possibilidades de substituição entre si. Capital próprio, crédito ou subsídio: cooperativas de crédito; outras fontes de crédito em casos de integração vertical da fileira agro-industrial e comercial, mesmo microcrédito de base local, como no Bangladesh. As ofertas tornam-se volumosas, surgem excedentes sazonais, sempre dispersos e de conservação algo dispendiosa ou mesmo impossível sem prévia transformação, os preços tendem a descer, também por certa inelasticidade da procura solvente, a procura que interessa às trocas comerciais, a diferentes escalas espaciais (mais em termos quantitativos que qualitativos, por muito considerável que continue o número de habitantes do planeta realmente subalimentados).

Pode ser lucrativo produzir em condições sub óptimas, com menores produtividades e maiores custos unitários, pelo nível ou pela garantia de preços de escoamento, pelas políticas de protecção dos mercados locais, regionais e nacionais, pelo enquadramento das empresas agrícolas pelas indústrias agroalimentares ou simplesmente pelas facilidades de comercialização a nível internacional e mesmo mundial. Uma parte significativa das empresas agrícolas, no geral as maiores, integra-se com efeito em fileiras agroalimentares complexas, empresariais ou cooperativas, mais raramente estatais, envolvendo a jusante das explorações a indústria, o comércio e a distribuição, tanto mais que se vem reduzindo a parcela da produção que passa directamente da exploração para a mesa dos consumidores: a jusante, a integração prolonga-se muitas vezes até à produção de pratos pré-cozinhados, ao comércio retalhista em grandes superfícies e à restauração. Estas fileiras envolvem em muitos casos contratos de produção que precisam variedades, cuidados culturais, épocas e ritmos de colheitas, preços de entrega e condições de pagamento: a diversidade de estratégias empresariais tem pois expressão na diversidade dos sistemas e processos de produção.

Ao cruzar com problemas de ordem ecológica e de saúde pública, de qualidade das produções e de segurança alimentar (doença das vacas loucas), são valorizados métodos de produção agrícola específicos, e em especial o desenvolvimento da agricultura biológica, cujo prestígio tem vindo a despromover o outrora atribuído à revolução verde: esta assegurou grandes aumentos da produção e das produtividades dos cereais, em particular do arroz, do trigo e do milho, mas com diminuição das qualidades alimentares dos grãos e marginalização de produtores e regiões, sem condições de acesso aos necessários *inputs* técnicos, nem mesmo garantia de exploração da terra a que estavam de há muito ligados, perante as novas oportunidades de ganhos dos seus proprie-

tários. Num caso e noutro criam-se paisagens próprias, com suas estruturas, arranjos, cores, ritmos e sons.

— *Diversidade igualmente quanto a inserção nos mercados.* Os progressos nos transportes e comunicações e na conservação dos alimentos facilitaram a mundialização do comércio dos cereais, oleaginosas, açúcar e mais recentemente da carne, produtos lácteos e mesmo frutas, indutora da divisão internacional da produção em função de vantagens comparativas de comércio. As melhorias na cabotagem, no caminho de ferro, na navegação a vapor, na circulação rodoviária, mais flexível, e finalmente a aviação para bens perecíveis e valiosos, permitindo rapidez de circulação, condições de acondicionamento e conservação da carga em câmaras de frio, possibilitaram o aproveitamento de vantagens comparativas e a especialização produtiva de algumas regiões, com expressão nas respectivas paisagens, embora claramente menos nas áreas menos desenvolvidas e por isso menos servidas por meios de transporte e de circulação de informação (telecomunicações e Internet), menos penetradas por estruturas de comercialização e exportação, que assegurem o escoamento distante de excedentes normalizados.

Face à rigidez e perecibilidade da oferta regional de certos bens alimentares e alguma rigidez da procura, os mercados tendem a alargar as suas áreas de abastecimento. O abastecimento de Lisboa em produtos frescos era feito com ofertas sucedendo-se no tempo: Sotavento, a começar pelo Vale do Guadiana e pelas areias do litoral de Faro a Albufeira, hortas da Caparica, terrenos arenosos da margem sul do Estuário do Tejo, a Outra-Banda, seguida das produções do Oeste. Mas a valorização das vantagens comparativas do Algarve associadas ao clima e traduzidas em produções temporãs, foram parciais com a cabotagem: citrinos, tubérculos, cebolas, batata-doce. A sua afirmação plena fez-se primeiro com o caminho-de-ferro e depois com a camionagem: legumes variados, do sequeiro e do regadio, e produções hortofrutícolas. Nas cargas expedidas para Lisboa figuram desde os princípios do século vinte, mas sobretudo desde os anos 50, hortaliças e saladas, tomates e pimentos, favas e ervilhas, cenouras, repolho, batata, muitas frutas frescas, para além dos citrinos, como morangos, uva de mesa, meloas, abacates, anonas e até flores e plantas decorativas. Algumas destas colheitas foram depois integradas em circuitos externos longos, que alcançam diversos mercados europeus.

V. AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AGROCOMERCIAIS, FACTORES PODEROSOS NA MODELAÇÃO DE NOVAS PAISAGENS RURAIS

As políticas agrícolas e de comércio, em particular de bens agrícolas, a par dos regimes políticos, de conflitos e de guerras, são factores importantes na génese e na evolução das paisagens agrícolas e rurais, na medida em que

intervêm nas lógicas de localização das produções e dos seus sistemas de produção, dos tradicionais aos mais modernos. A diversidade de apoios nos diferentes países e para diversas produções gera diferentes paisagens.

1. Políticas nacionais

As políticas nacionais têm tradicionalmente carácter mais produtivista ou mais proteccionista. Nelas se incluem medidas diversas, que vão da protecção e ordenamento dos espaços de cultivo (RAN e REN) à protecção dos mercados e garantia dos preços e a medidas de ajuda e estímulo à produção no sentido da generalização de uma agricultura produtiva, moderna e competitiva, capaz de assegurar o autoabastecimento alimentar das populações rurais e urbanas, reconhecido como importante para a estabilidade social, e que se traduzem na redução estratégica do recurso a importações e correspondentes vulnerabilidades e dependências externas. Destacam-se nomeadamente: quotas e direitos alfandegários sobre importações concorrenciais; subsídios e créditos bonificados para arroteias e alargamento da SAU, beneficiação das terras de cultivo, difusão de novos factores de produção, incluindo novas técnicas agrónomicas e novas variedades e raças; financiamento de acções de I&D, experimentação, enquadramento técnico e formação profissional; ajudas visando a organização dos produtores, como a formação de cooperativas, especializadas ou mistas, garantindo melhores condições de comercialização, com concentração e homogeneização de ofertas no geral pulverizadas e heterogéneas; estímulos ao consumo com desvio da procura para as produções mais abundantes, em detrimento da procura de outras mais escassas; subsídios às exportações, que distorcem a concorrência nos mercados externos e vêm sendo objecto de negociações e acordos internacionais.

No conjunto dos países da OCDE as políticas agrícolas «têm a ver com o nível de apoios que é assegurado ao sector, quer estejam orientados directamente para a gestão dos mercados dos diversos produtos agrícolas, quer sejam consagrados ao investimento, quer, finalmente, estejam associados às problemáticas rurais e ambientais» (CUNHA, 2004: 205). Como países campeões no proteccionismo agrícola citemos a Suíça, a Noruega, a Coreia do Sul, o Japão (subsídio anual de 10 mil euros por ha de arroz cultivado e grandes taxas sobre as importações de arroz). Tradição proteccionista encontramos também na Índia e na China. Entre nós e a título de exemplo, recordem-se as medidas de estímulo à produção de trigo, desde as leis de Elvino de Brito, dos finais do século XIX, à campanha do trigo dos anos 30 do século seguinte, que envolveram garantias preferenciais do escoamento comercial da produção e garantias dos seus preços, por vezes também dos preços dos factores de produção como sementes, adubos, gasóleo.

Noutros casos, as políticas vão no sentido de maior equidade entre produtores e maior justiça social e comportam apoios estruturalmente diferenciados,

com discriminação positiva a favor dos pequenos agricultores, sobretudo em contextos de desemprego urbano. Noutros casos ainda estimula-se a prática de formas de agricultura sustentável, através de ajudas directas e indirectas aos rendimentos destes agricultores, ou a extensificação dos usos do solo, o *set-aside*, a redução dos encabeçamentos e dos efectivos, de modo a diminuir as produções excedentárias, mas no geral sem pôr em risco a manutenção do povoamento rural, das paisagens e até mesmo do espaço rural e do ambiente.

Muitas políticas nacionais incidem preferencialmente na propriedade da terra, na gestão das explorações agrícolas e na distribuição dos rendimentos. Estimulam-se, através de medidas oficiais, a divisão da terra e a multiplicação das explorações familiares, perfeitas ou imperfeitas, nas áreas de grandes latifúndios tradicionais – terra sem homens; homens sem terra – como no Mezzogiorno italiano, na Estremadura espanhola ou nas áreas de Colonização portuguesas, de que Pegões é exemplo. Com elas generalizam-se sistemas bem mais intensivos e produtivos, fixam-se cultivadores e jornaleiros, reduzem-se os pobres rurais, sem condições mínimas de subsistência, e os êxodos. E criam-se novas paisagens, pela nova divisão fundiária e de cultivo, pela introdução de novas culturas e técnicas, tantas vezes pela substituição do sequeiro pelo regadio, abertura de novos acessos e génese de novos lugares, casais e aldeias, com seus equipamentos e serviços colectivos. Inversamente, onde predomina o minifúndio e a dispersão das parcelas, as acções institucionais de incidência fundiária visam o emparcelamento e a concentração da terra cultivada, evitando desperdícios e custos e viabilizando algumas formas de mecanização, mas promovem sobretudo o associativismo de produção por mais fácil e menos rígido, sob a forma de agricultura de grupo ou de cooperativas de produtores para exploração em comum das suas terras, vinculadas aos princípios cooperativos, o que também gera novas paisagens de cultivo.

As mudanças mais gerais e mais acentuadas que as políticas nacionais introduzem nas paisagens aparecem-nos associadas a reformas agrárias socialistas e comunistas, que põem em causa o uso individual e a propriedade privada da terra e de outros meios de produção, visam potenciar ao máximo a difusão da modernização técnica, as economias de escala e a integração vertical, envolvendo agricultura, indústria e serviços, expressa nos grandes combinados agro-industriais, com as suas redes de distribuição estendidas até aos consumidores, através de lojas estatais e de cooperativas de retalho. Pretende-se ao mesmo tempo aproximar as sociedades rurais das cidades nos ritmos e modos de trabalho e no próprio povoamento, aglomerado e de cariz urbano, como pretendido com a criação das agrovilas.

Os exemplos podem ser procurados na ex-URSS, nos *Sovkhozes*, empresas de carácter estatal, e nos *Kolkhozes*, grandes empresas de natureza cooperativa, com exploração em comum da terra, também aqui propriedade da nação, efectiva ou tendencialmente (nacionalização da terra e desvalorização da propriedade privada na distribuição dos rendimentos), meios de produção comuns e trabalho colectivo, ou seja em cooperativas de produção integral. São igual-

mente exemplos a comuna popular rural criada pela revolução chinesa e os *Kibutz*es de Israel, ambos unidades de produção e unidades de consumo.

Estas formas cooperativas e colectivas de propriedade, exploração e integração do sector agrícola são responsáveis pela génese de novas paisagens, todas elas de malhas largas, facilitadoras do trabalho de grandes máquinas, e de modos de vida que tendem a aproximar-se dos do operariado industrial. Paisagens com seus ritmos, coloridos e sons, sem esquecer os pequenos matizes introduzidos pelo cultivo individual de muito pequenas parcelas, as *dvors*: cultivo sempre muito intensivo e variado, como convém ao autoconsumo familiar, embora possa gerar pequenos excedentes vendáveis livremente, permitindo rendimentos auxiliares ou complementares. Lembram em quase tudo a pequena agricultura camponesa, mesmo se existem relações complexas entre os cultivos individuais e os colectivos. Alguns autores filiam a origem das *dvors* no *mir* do antigo sistema comunitário.

2. Políticas internacionais

Na base estão acordos comerciais com reduções e anulações de direitos e outras condicionantes das trocas entre vários países e blocos económicos, permitindo o livre comércio. Também estes acordos se podem traduzir em mudanças nos sistemas de utilização das terras e nas condições ambientais que lhes andam associadas, como a biodiversidade, os riscos de erosão, a destruição das estruturas pedológicas e o esgotamento da fertilidade natural dos solos, ou a eutroficação das toalhas freáticas.

Como exemplo de política agrícola envolvendo vários países citemos a PAC, desenvolvida pela União Europeia. Concebida desde o início da construção europeia, teve como grandes objectivos: aumento da produtividade e da produção, estabilização dos mercados, segurança dos abastecimentos a preços razoáveis para os consumidores, elevação dos rendimentos e paridade dos níveis de vida da população agrícola; e como meios, o apoio a preços estáveis para cada campanha, compensadores e previamente garantidos, sem ligação aos dos mercados externos e mundiais e com subsídios ao escoamento de excedentes para países terceiros (OCM), e o apoio à inovação e a ajustamentos estruturais e sociais. Bem mais recentemente, não foi descurada a multifuncionalidade da agricultura e o seu papel na identidade e no futuro dos espaços rurais, em particular dos naturalmente mais marginais e de estruturas de produção agrícola mais fragmentadas e pulverizadas.

A política de garantia de escoamento e preços elevados, muito superiores aos dos mercados mundiais, conduziu a grandes aumentos das produções abrangidas pelas OCM, acumulação de excedentes e seus custos de conservação e escoamento externo, desigualdade de benefícios entre regiões e produtores, a favor das mais produtivas e dos maiores, e à custa dos contribuintes, que além disso têm que suportar custos da alimentação relativamente elevados. A PAC é

desde sempre uma política injusta, pelas grandes desigualdades entre produtores, na medida em que as ajudas são proporcionais à produção, áreas cultivadas ou efectivos animais, entre os maiores beneficiários figurando a casa real inglesa, do mesmo modo que nos EUA se apoiam mais as grandes multinacionais. Através dos seus mecanismos complexos, a PAC criou indiscutivelmente novas paisagens agrícolas e rurais, identificadas pelas estruturas, pelos equipamentos, pelas culturas e rotações, pelas variedades, pelo funcionamento, pelas populações envolvidas e pelas próprias malhas do povoamento.

Os direitos impostos às importações e as restituições garantidas às exportações geraram conflitos entre a Europa e os Estados Unidos desde a criação da PAC mas sobretudo nos anos 80, quando os europeus não só se tornam auto-suficientes como reforçam as suas posições nos mercados internacionais. Na perspectiva dum relançamento das negociações comerciais multilaterais a UE procedeu a reformas, que se vêm sucedendo desde 1992, introduzindo outros factores de mudança no sector e nas suas paisagens, mas apoiou ao mesmo tempo formas de resistência das estruturas e das regiões não competitivas. Estas assentam na comercialização de valores específicos, como a proximidade em termos de distância quilométrica e cultural, contacto directo com a clientela, o modo de produção, a frescura, a tradição, que asseguram a preservação de tantas outras paisagens rurais e podem mesmo criar paisagens próprias.

3. Políticas globais

«A mundialização das trocas possibilita a busca de economias de escala em mercados alargados, ganhos de produtividade por novos métodos, uso de novos instrumentos, introdução de novos objectivos, competições multiformes entre os grandes actores. Produz crescimento e gera diferenças (...). No século XX a produção em valor foi multiplicada por 25 e as trocas internacionais por 100. O aumento das trocas está ligado à generalização do mercado, com a comercialização de todas as coisas e de todos os serviços, à regressão das formas de auto-consumo ou de consumo local, as novas repartições das produções sendo muitas vezes independentes dos lugares de consumo, ao abaixamento dos custos do transporte, à diminuição das barreiras alfandegárias. A mundialização processa-se todavia com grandes diferenças, de toda a natureza, e com exclusões, a exclusão dos inúteis, dos que não podem ou não querem vender as suas aptidões e a sua força de trabalho, que não têm suficiente poder de compra que interesse o mercado» (DOLFUS, 1994: 6-9).

A intervenção generalizada dos estados, isoladamente ou em associação, nos mercados de produtos agrícolas, subtraindo-os ao jogo da concorrência internacional, opõe entre si os grandes exportadores e marginaliza países exportadores menos desenvolvidos, já que os preços deixam de ser compensadores, apesar dos níveis muito inferiores dos salários e das condições de trabalho.

É certo que, «com a mundialização, as vantagens comparativas ligadas à ‘natureza’ ou às ‘condições duma sociedade’ não diferem nos seus efeitos, mas baixando os custos de produção e dos serviços contribuem globalmente para o alargamento dos mercados (...). As produções repartem-se por diversos lugares do mundo e uma situação climática, como cheias, inundações, geadas, situações demasiado quentes e húmidas, que afecte um deles tem consequências no mercado mundial da produção em causa, por exemplo através da subida dos preços, assim como uma mesma situação tem consequências económicas desiguais nos diversos lugares de produção segundo as estruturas e os sistemas produtivos» (DOLFUS, 1994: 34-35).

Pressionados pelos défices comerciais da sua economia, os EUA tomam medidas de retaliação contra países com práticas comerciais desleais entrando as exportações americanas e valorizando integrações regionais em detrimento da liberalização multilateral das trocas. Aliás, em 1989, criaram eles próprios uma zona de comércio livre com o Canadá e em 1991 iniciaram negociações para a criação do mercado comum norte-americano. Por sua vez, a UE, primeira potência exportadora do mundo, não pode deixar de estar particularmente interessada na disciplina multilateral das trocas. Também os Países em Desenvolvimento têm interesse em participar mais activamente no sistema comercial multilateral, adaptando-se às disciplinas e obrigações quanto à abertura dos mercados: redução e consolidação dos direitos alfandegários, supressão das restrições quantitativas, redução da lista de produtos de importação proibida.

A globalização das trocas tem vindo a ser promovida no quadro do GATT, acordo geral sobre comércio e tarifas aduaneiras, que remonta a 1948, no contexto da reconstrução da Europa ocidental e do reforço dos laços transatlânticos. Desde meados dos anos 70, observa-se a proliferação do neo-protetionismo, com base em obstáculos não tarifários. Assim, a partir de 1986, regista-se a reafirmação da doutrina néo-liberal e a reorganização do sistema multilateral das trocas. Começa então o novo ciclo de negociações do Uruguai Round: pela primeira vez as trocas internacionais comerciais são apreendidas de forma global, envolvendo bens e serviços, e com reinserção no sistema multilateral de sectores como os têxteis e a agricultura. Em 1993 o CEPII estimava, porém, que mais de 75% das trocas internacionais se afastam das regras do Acordo Geral, tornando-se clara a necessidade de repensar este e de criar uma organização comercial mundial, capaz de definir e de as fazer respeitar.

A agricultura dominou nos debates e no acordo de Marraquexe, de 1994, foram aceites reduções programadas para 6 anos nos apoios internos, arrumadas em três domínios: a caixa verde, respeitando as ajudas internas que não distorcem o comércio; a caixa azul para as ajudas directas integradas em programas de redução da produção, como protecção dos rendimentos dos agricultores afectados pelas reformas das OCM da UE; e a caixa amarela, para os restantes apoios. Avançou-se também na fixação de regras de acesso mínimo a cada mercado, que envolvem medidas sanitárias e fitossanitárias, segurança e

qualidade dos alimentos, protecção de denominações de origem geográfica, protecção do ambiente e cláusula de salvaguarda para protecção temporária dos mercados internos (CUNHA, 2004: 192-193).

Mais recentemente, na reunião da OMC que decorreu em Genebra a 1 de Agosto 2004, os 147 países-membros acordaram no relançamento da estratégia de liberalização das trocas globais, a partir das conversações de Doha, de 2001, que precisavam a forma faseada de abertura até Dezembro de 2005, quando terá lugar a reunião de Hong-Kong, dos mercados agrícolas dos países mais desenvolvidos à concorrência de produtos dos países mais pobres: subvenções às produções e exportações; crédito aos compradores. Reconhecem-se como muito protegidos os mercados de arroz no Japão, de cereais, carne, leite e açúcar na UE, de algodão e milho nos EUA.

Quais os efeitos mais facilmente previsíveis da globalização dos mercados agrícolas?

- a) O acentuar da concorrência internacional e descidas tendenciais dos preços a médio e longo prazo, sensibilidade crescente aos custos unitários de produção, logo às condições naturais, em particular as climáticas, cuja artificialização envolve aumentos de custos não totalmente anulados pela regularidade e aumento das colheitas.
- b) A concentração do comércio mundial por poucas dezenas de grandes empresas internacionais, mesmo mundiais, algumas envolvendo a produção mas a maior parte actuando a montante e sobretudo a jusante: armazenamento, transporte, transformação e distribuição grossista, concentração da oferta em centrais de compras, e mais raramente intervindo no sector retalhista, ao encontro das expectativas dos consumidores.
- c) A eliminação das ajudas aos preços afecta as regiões mais desfavorecidas e agricultores menos competitivos, tornando urgentes medidas que se sustentem na necessidade de preservar a paisagem e a herança cultural do mundo rural, em particular aos agricultores das regiões de montanha e insulares e todos os que se dedicam a uma actividade ambientalmente sustentável e geradora de bens públicos de interesse para o conjunto da comunidade.
- d) As reduções substanciais dos apoios domésticos terá poucos efeitos para Portugal, país de agricultura sem vocação exportadora. No entanto, convém ter presente as futuras pressões sobre os produtores de leite e de açúcar de beterraba, pelas entradas destes produtos a preços inferiores e flutuantes; as eliminações dos subsídios aos rendimentos; e inversamente, as ausências de barreiras alfandegárias para as exporta-

ções de cortiça e vinhos, a primeira não recebendo restituições à exportação, e o segundo só nas trocas a granel.

- e) As grandes multinacionais deslocalizam as suas produções dos países ricos para zonas de mão-de-obra, fiscalidade e preço da terra mais reduzidos. Uma concorrência mal regulamentada corre o risco de induzir riscos ambientais, sociais, éticos e de segurança alimentar graves. Face a estes riscos há quem insista no Comércio Justo, assente nas experiências recentes de compras com continuidade e directas, sem intervenção de intermediários, valorizando produtos de qualidade a preços correctos.

VI. DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS ÀS POLÍTICAS RURAIS

«A mundialização é, em grande parte, a urbanização progressiva do planeta, com a marginalização dos campos e, a prazo, a atenuação da distinção cidades-campos (...); por outro lado, a mundialização não deixa à margem as pequenas empresas, mesmo as tradicionais e com produções específicas, igualmente sujeitas a concorrências de iniciativas inovadoras de outras pequenas empresas tradicionais» (DOLFUS, 1994: 5-6).

Segundo a OCDE (cit. por CUNHA, 2004: 187), «no conjunto das economias rurais, por cada pessoa empregue na agricultura existem mais duas em actividades co-relacionadas, em indústrias ou serviços a montante e a jusante da actividade produtiva propriamente dita do sector». Mais adiante, CUNHA faz notar que «quando a agricultura desaparece numa aldeia ou numa zona rural, tudo o resto desaparece com ela. Pode não ser o pilar mais forte ou o mais dinâmico, mas é sempre uma âncora segura para todos os outros sectores económicos e sociais. Sem ela não há povoamento, não há ordenamento do território, não há património nem cultura, não há equilíbrio na sociedade. Pode-se dizer que a agricultura está para o meio rural como a coluna vertebral está para o nosso corpo» (p. 188): preservação do ambiente, da paisagem e do património, da identidade das populações.

«Nesta perspectiva valorizam-se o carácter multifuncional da agricultura e as estratégias de preservação da agricultura desenvolvidas no quadro de pequenas explorações, no geral por famílias pluriactivas e/ou com plurirendimento, e em regiões desfavorecidas. Aliás, as instituições europeias têm vindo a reiterar repetidamente o princípio de que a agricultura deve, como sector económico, ser multifuncional, durável, competitiva, repartida por todo o território europeu, incluindo as regiões com problemas específicos; e o objectivo de consolidar o modelo europeu de agricultura, que consiste, por um lado, em conciliar a dimensão económica da actividade agrícola com a vocação desta em matéria de ambiente, em matéria social assim como em matéria de ordenamento do território e, por outro lado, em salvaguardar as produções regionais

fundamentais e em pôr em prática as produções autorizando níveis elevados de segurança alimentar» (cit. CUNHA, 2004: 270)

No passado como hoje, os espaços rurais comportam actividades diversas, não apenas orientados para os mercados locais de factores de produção e de bens de consumo, das alfaías aos têxteis, do agroalimentar às indústrias das novas tecnologias e aos serviços informáticos e de lazer e turismo, dirigidos a procuras externas ao meio, mesmo distantes e internacionais, actividades que criam e distribuem riqueza, induzem equipamentos, comércio e serviços, privados e públicos, também serviços sociais, geram emprego, fixam e atraem população, sustentam laços com o espaço, individualizam territórios e afirmam identidades. Muitas iniciativas têm raízes locais, são endógenas, outras são de filiação claramente exógena e dirigem a produção para mercados internacionais.

A actividade agrícola domina desigualmente os espaços, as paisagens, os ritmos de vida locais. Quase sempre onde impera, com novas estruturas viáveis, há alguma banalização da paisagem, remodelação do parcelar, concentração das explorações, eliminação da policultura, despovoamento e envelhecimento populacional, abandono de lugares e de assentos de lavoura, concentração nas maiores aldeias e nas vilas e cidades regionais, substituição do comércio fixo por ambulante, dificuldades crescentes no acesso a serviços básicos, desqualificação do quadro de vida. No entanto, a modernização da agricultura tende a valorizar hoje novos paradigmas menos produtivos mas também menos intensivos em *inputs*, nomeadamente adubos e pesticidas, e mais sustentáveis, sistemas integrados e agricultura biológica, com certificação dos produtos e marketing identitário, mais fáceis de implementar em regiões que permaneceram à margem da agricultura 'industrial'.

A valorização das colheitas pode também aumentar mediante venda directa ao consumidor, nalguns casos na própria exploração e após transformação caseira e artesanal, como patés, queijos, enchidos, compotas, molhos e sumos, azeitonas e frutos secos, pão e bolos secos, vinhos e vinagres, azeites, sustentando inclusivamente a elaboração e promoção de rotas turísticas: «pode-se assim explorar, de forma racional, um mercado novo, nascido dos desejos nostálgicos de uma sociedade urbanizada, em busca de 'raízes' e de 'autenticidade'. Tudo assenta, na verdade, sobre a revalorização de práticas e de produtos de 'outrora' e sobre a busca de 'qualidade', possível pelo carácter polisémico deste último conceito» (LEFORT, 1997: 68).

Estes princípios de base têm vindo a ser contemplados pela UE, desde a reforma dos fundos estruturais de 1988 e o lançamento do programa LEADER, em 1991: indemnizações compensatórias para os agricultores das zonas desfavorecidas e apoios à diversificação de actividades económicas, conservação dos recursos naturais e do ambiente, desenvolvimento de PME industriais, de actividades artesanais, do turismo rural e dos produtos típicos, sem esquecer a recuperação do património cultural e paisagístico, em ligação com a valorização dos recursos locais e a criação de emprego, bem como a formação profissional das populações. Nos campos remotos, no 'rural profundo', estas estratégias terão muitas vezes dificuldades para inverter as tendências de deser-

tificação, anulando pretensões nostálgicas de revitalização de todos os lugares habitados quando dos máximos demográficos dos meados do século passado e relativizando os impactos de certas iniciativas, como em muitas aldeias da serra de Montemuro, que tivemos a oportunidade de estudar há alguns anos. No Tirol, a manutenção da actividade, do ambiente e das paisagens rurais, altamente subsidiada, encontra justificação económica no próprio turismo.

CUNHA vai todavia mais longe, ao preconizar que os agricultores se tornem empresários rurais: «dado que as regiões mais marcadamente rurais serão as mais afectadas pela evolução mais liberalizante da PAC, e que em muitos casos a sobrevivência dos agricultores estará menos dependente da produção agrícola do que do exercício de actividades conexas ou complementares, será fundamental concluir que uma política reforçada de desenvolvimento rural terá de ser parte integrante da futura PAC (), a PARC, Política Agrícola e Rural Comum, que integrará todas as dimensões da política agrícola e da política de desenvolvimento rural, considerará a pluralidade dos problemas do espaço rural e envolverá os agricultores e o conjunto das populações rurais» (2004: 260-261).

VII. O ALARGAMENTO DA UE AOS PECO: NOVAS DINÂMICAS DE EVOLUÇÃO E GÉNESE DE NOVAS PAISAGENS AGRÁRIAS E RURAIS?

A UE concretizou em Maio de 2004 um amplo alargamento, que se prolongará a curto prazo por mais 2-3 estados da península balcânica: Roménia, Bulgária e Croácia. Neste novo quadro comunitário Portugal pode, depois de 2006, ver reduzidos os fluxos dos fundos estruturais e do fundo de coesão, designadamente do FEDER, com impactos directos no sector agrícola e nos espaços rurais. Indirectamente, estes espaços também se ressentirão da acrescida competição por IDE, das realocações das actividades económicas, dos desvios dos fluxos comerciais dos seus principais importadores comunitários e, em menor escala, da concorrência das ofertas dos novos membros no mercado doméstico, parcialmente protegido pela sua posição distante, geográfica e culturalmente.

As análises sobre as consequências do alargamento para Portugal chamam nomeadamente a atenção para as quotas de mercado da UE ocupadas pelas produções nacionais e a sua previsível evolução em função da concorrência dos novos membros, tendo em conta as suas especificidades estruturais, económicas e sociais: posição próxima dos grandes mercados da UE; elevada formação escolar e profissional, embora também algum envelhecimento demográfico; níveis salariais bastante inferiores; benefícios derivados da adesão, desde os apoios de pré-adesão à partilha dos fundos, proporcional aos seus níveis de subdesenvolvimento. Jogarão os princípios de solidariedade e coesão: 25 no total de 29 regiões mais pobres de UE são destes novos membros, mas também algumas regiões portuguesas, como o Alentejo, o Centro, o Norte e os Açores,

continuarão a figurar como desfavorecidas, não obstante a redução dos valores médios de PIB da UE pela simples integração de países mais pobres.

Os PECO apresentam, com efeito, grandes desníveis de rendimento médio per capita, a maioria com PIB per capita inferior a Portugal, salvo Chipre e a Eslovénia: os valores vão de 32% do da UE no caso da Letónia a quase 60% no da República Checa. As taxas de desemprego são elevadas e em risco de aumento, pelas vulnerabilidades das suas estruturas industriais, o que potencia a emigração para Oeste e destinos frequentados pela emigração temporária portuguesa (Alemanha, Suíça, países árabes da bacia do Mediterrâneo), concorrência que pode contrariar o êxodo agrícola e rural; atracção e mesmo fixação de imigrantes dos PECO nos espaços rurais com agricultura capaz de absorver trabalho assalariado, como o Alentejo e o Vale do Douro, ou com afirmadas funções residenciais para trabalhadores de outros sectores da actividade (construção e obras públicas e alguns serviços), como os do interior do Algarve, contribuindo para a manutenção do povoamento e a diversificação do colorido, das culturas e dos linguajares das populações imigrantes. É certo que as oportunidades de trabalho precário e mal pago em Portugal são mais capazes de continuar a desviar, no futuro, os fluxos com proveniência periférica aos PECO, não retidos por estes, como os de ucranianos, moldavos e russos.

Com este alargamento a 25 membros a SAU cresceu 30%, o número de explorações 65%, mais de metade com origem na Polónia, mais de 1/5 na Hungria e 10% na Lituânia, o VAB agrícola aumentou 7,2% e os activos agrícolas 50%; na Lituânia e na Polónia os activos agrícolas aproximam-se de 1/5 da população activa, o dobro do valor registado em Portugal; por sua vez, o peso do VAB no PIB eleva-se a 7,2% na Lituânia e 6,2% na Estónia, contra 3,3% na Polónia, tal como em Portugal, e 3,2% na Eslovénia. Na UE a 27, com inclusão da Roménia e da Croácia, a SAU ocupará 43,7% da superfície total e o emprego agrícola representará 7,8%; quanto ao peso do VAB no PIB, a variação será pouco significativa relativamente à UE 15 ou a 25, pelas baixas produtividades, muito inferiores aos valores médios comunitários.

Na perspectiva de novas dinâmicas para os espaços rurais portugueses, induzidas pelo alargamento da União Europeia, retenhamos os processos potencialmente mais influentes:

- a) Incremento bilateral de comércio, possibilidades de expandir as exportações nacionais mas também as importações de bens e serviços a preços convidativos. As exportações para os PECO continuam a ter pouco peso no comércio nacional, sendo principais parceiros a Polónia, a República Checa e a Hungria (cerca de 4/5 das trocas). São também de considerar os efeitos de substituição das exportações portuguesas noutros mercados europeus, que aliás absorvem cerca de 4/5 das suas exportações, por exportações mais competitivas dos novos membros.

- b) Apesar das melhorias do padrão de especialização industrial do país e do padrão das suas exportações para a UE no sentido de produções mobilizando trabalho mais qualificado e capital e tecnologia, o padrão das exportações de Portugal e dos PECO apresenta forte similitude estrutural: peso elevado de bens industriais provenientes de sectores trabalho-intensivo e pouco qualificado, como têxteis, malhas e vestuário ou obras de madeira, cestaria, esparto e indústria da cortiça e mobiliário cujo mercado de importação da UE apresenta aliás fraco dinamismo e concorrência externa à UE, pelo movimento de liberalização comercial. Trata-se de sectores com unidades muitas vezes localizadas em meio rural: operários camponeses, agricultura a tempo parcial.
- c) Elevada dimensão do sector agrícola na generalidade dos novos membros, mas as suas agriculturas apresentam diferenças muito significativas em termos estruturais e económicos. Por um lado, países com grande dimensão agrícola: Polónia, seguida pela Hungria, República Checa, Lituânia e Letónia a julgar pela SAU. São países que conheceram alterações estruturais desigualmente importantes nos anos 90: privatização da terra a favor de antigos proprietários, dos cooperantes e dos empregados dos *sovkhos* mas não necessariamente passagem a exploração individual, salvo na Polónia e na Letónia, bastante menos na República Checa e quase insignificante na Eslováquia, onde as áreas médias das explorações são elevadas e é bem maior o grau de concentração da terra agrícola: as 10% maiores explorações concentram 97% da SAU na Eslováquia, 92% na Hungria e 83% na República Checa, segundo AVILLETZ (2004: 126). Na maioria dos novos membros, o peso do emprego na agricultura é menor do que em Portugal, sendo excepções a Polónia, grande país agrícola, a Lituânia e a Letónia, e o peso económico da agricultura (VAB no PIB) é inferior ou igual a Portugal na Eslovénia, Malta e Polónia. O alargamento terá assim impacto nas despesas da PAC e impactos complexos, com possíveis efeitos negativos para a agricultura portuguesa e para os espaços rurais em geral, até pela redução dos fundos disponíveis.
- d) A totalidade das transferências de rendimento geradas pelas medidas de suporte de preços de mercado e pelos pagamentos aos produtores são muito inferiores à média da UE 15 e mesmo de Portugal, quando medidas por ha de SAU: a estimativa de suporte dos rendimentos dos produtores era respectivamente de 16,2%, 26,4% e 23,2%, para os novos 10 estados membros, para a UE 15 e para Portugal, em 2000 (AVILLETZ, 2004: 130). Há contudo que destacar a posição privilegiada da Eslováquia (grande dimensão das explorações), onde a competitividade agrícola média é 2,5 vezes superior à média da UE 15; a posição da República Checa, que é inferior a esta por menores níveis de suporte e

produtividade económica, mas 1,7 vezes superior à portuguesa; e inversamente, as posições da Polónia e Hungria, muito inferiores à média de Portugal, pelas suas fragilidades estrutural e económica (idem, p. 127). Os contributos da PAC fazem-se sobretudo através do suporte de preços de mercado e muito menos por pagamentos desligados da produção, os quais em Portugal já então representavam parcelas significativas das transferências de rendimentos gerados pelas políticas em vigor, a excepção sendo mais uma vez a Eslovénia. Os índices de suporte do rendimento dos produtos agrícolas em 2000 aproximavam-se de 48% na UE 15, eram muito inferiores na Estónia e Lituânia, próximos na Polónia e na Hungria e muito superiores na República Checa e sobretudo na Eslováquia e na Eslovénia, países que beneficiavam de apoios ao rendimento bem maiores do que os obtidos em média pelos restantes membros.

- e) Estes estados membros apresentavam todos eles agriculturas que antes foram muito protegidas e beneficiavam de níveis de suporte importantes. As condições de integração, definidas na cimeira de Copenhaga nos finais de 2002, asseguraram o acesso integral e imediato às medidas de preços e mercados agrícolas em vigor; quotas de produção nos produtos a elas sujeitos; ajudas directas à produção escalonadas ao longo de dez anos e atingindo o nível de apoio que estiver em vigor em 2013; possibilidade de complementar estas com fundos de desenvolvimento rural e, depois de 2006, com fundos nacionais; garantia de fundos vultosos para medidas de desenvolvimento rural, com co-financiamento a 80% pela UE, como a reforma antecipada dos trabalhadores agrícolas, florestação de terras aráveis, medidas agro-ambientais, assistência técnica, criação de agrupamentos de produtores, apoio ao cumprimento das normas da UE, medidas específicas para as zonas desfavorecidas ou afectadas por condicionantes ambientais e explorações em regime de semi-subsistência.
- f) Como consequências agrícolas previsíveis do alargamento, para além dos efeitos orçamentais, AVILLETZ destaca a maior concorrência no mercado interno por potencialidades de acréscimos de produção superiores aos aumentos previsíveis da procura e no quadro de crescente liberalização das trocas mundiais, com a correspondente aproximação dos preços agrícolas; constituição de excedentes significativos de leite, carne de bovinos e açúcar e maior equilíbrio nos mercados de trigo, cereais secundários, aves, ovos e carne de suínos; acentuar da tendência de abandono de terra de cultivo e dos territórios rurais, estimulada pela substituição das ajudas baseadas nas áreas cultivadas e nas produções e efectivos animais por ajudas únicas por exploração, como definido na reforma intercalar da PAC de 2003, no respeito por regras de condicio-

nalidade agronómica, ambiental, de segurança alimentar e do bem-estar animal, embora também com a possibilidade de aproveitamento de outras oportunidades de cultivo e de reconversão produtiva, tecnológica e estrutural que sejam economicamente eficientes ou socialmente sustentáveis no quadro de uma nova PARCE, para a qual serão necessários muitos mais meios financeiros (idem: 134-135).

Para Portugal, este autor valoriza a maior concorrência nos mercados de bens agrícolas, pondo em causa a viabilidade dos sistemas de produção nacionais e a urgência da sua reconversão no sentido da eficiência económica ou de funções agroambientais e agrorurais socialmente sustentáveis e desse modo subsidiadas, traduzindo-se em maior pressão na utilização do orçamento agrícola, do FEOGA Garantia e Orientação. Deste modo, o alargamento induz em Portugal novas dinâmicas de evolução e a génese de novas paisagens agrárias e rurais.

BIBLIOGRAFIA

- AVILLEZ, F. (2004) – A agricultura da UE e o alargamento. *In O alargamento da União Europeia. Consequências para a economia portuguesa*, Celta Editora, Oeiras: 123-139.
- BARROS, H. de (1982) – *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*, Sá da Costa Editora, Lisboa.
- BELLI, A. (1998) – *Conservazione e trasformazione del paesaggio. Le strategie per lo sviluppo*, Nápoles.
- BOSERUP, E. (1970) – *Évolution agraire et pression démographique*. Flammarion, Paris.
- CAVACO, C. (1988) – *Geografia Rural. Antologia*. EPRU, CEG, vol. I e II, Lisboa.
- CEPII (1993) – *L'économie mondiale*. REPÈRES, La Découverte (eds.), Paris.
- C.R.E.V.R. Centre de Recherches sur l'Évolution de la Vie Rurale (1995) – *Les mutations dans le milieu rural*, Presses Univ. Caen.
- CUNHA, A. (2004) – *A política agrícola comum na era da globalização*. Almedina, Coimbra.
- D'APONTE, T. (1999) – I territori del paesaggio. *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Série XII, vol. IV (2): 253-267.
- DOLLFUS, O. (1994) – *L'espace monde*. Económica, GeoPoche.
- FERRO, G. (1986) – *Sociedade humana e ambiente no tempo. Temas e problemas de Geografia Histórica*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- LEBEAU, R. (1996) – *Les grands types de structures agraires dans le monde*. Masson/A. Colin, Paris.
- LEFORT, I. (1997) – *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*. Economica, Paris.
- LOURENÇO, J. S. (1981) – *Associativismo de produção na agricultura. Propriedade, gestão, distribuição do rendimento*. Instituto Gulbenkian de Ciência, CEEA, Oeiras.

MEDEIROS, C. A. (1991) – Génese das paisagens tradicionais. *In Geografia, Portugal Moderno, Enciclopédia Temática*, Pomo, Lisboa: 109-119.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. (1999) – *La localisation des productions agricoles*. Géographie d'aujourd'hui, Nathan Paris.

PIGEON, P. (1997) – *Espaces et échanges internationaux*. Economica, Paris.

VÁRIOS (2004) – *O alargamento da União Europeia. Consequências para a economia portuguesa*. Oeiras.

ZERBI, M. C. (1993) – *Paesaggi della geografia*. G. Giappichelli (ed.), Torino.

ZERBI, M. C. (1999) – Il patrimonio paesaggistico: i valori della cultura. *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Série XII, vol. IV (2): 269-277.